



Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 IBOVespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo R\$ 1.621	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,26% São Paulo	185.814 23/9 24/9 25/9 28/9	R\$ 5,226 (+ 0,86%)	Últimos 21/setembro 5,108 22/setembro 5,102 23/setembro 5,168 24/setembro 5,193 25/setembro 5,181		R\$ 5,941	13,65%	0,67 Abril/2026 0,58 Maio/2026 0,16 Junho/2026 0,07 Julho/2026 -0,32 agosto/2026

APOSTAS ESPORTIVAS

Bets e governo travam disputa na Justiça

Enquanto donos de plataformas judicializam o fim das apostas, AGU cobra ressarcimento ao SUS e indenização a ludopatas

» ALÍCIA BERNARDES
» LUIZA ALTOÉ

As principais entidades do setor de apostas reagiram à MP que pôs fim às apostas on-line e acionaram, ontem o Supremo Tribunal Federal (STF) na tentativa de suspender os efeitos da MP. A Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) apresentaram os pedidos ao ministro Luiz Fux, relator de ações que discutem a regulamentação das bets. As entidades questionam a urgência utilizada pelo governo para interromper as atividades do setor e afirmam que a medida rompe com o modelo regulatório construído pelo próprio Executivo e aprovado pelo Congresso Nacional em 2023.

Na avaliação das associações, a mudança atinge empresas que investiram para atuar dentro das regras estabelecidas pelo poder público. O setor afirma que as operadoras desembolsaram dezenas de milhões de reais em taxas de outorga, fixadas em R\$ 30 milhões por licença, além de recursos destinados à implantação de estruturas de governança, conformidade e controle. As entidades sustentam que a interrupção imediata das operações gera insegurança jurídica e coloca em xeque investimentos feitos sob a vigência das normas anteriores.

Fux já relata processos relacionados à regulamentação das apostas. O ministro é responsável pelas

Joédson Alves/Agência Brasil



O setor argumenta que as operadoras desembolsaram dezenas de milhões de reais em taxas de outorga, fixadas em R\$ 30 milhões por licença

ADIs 7.721, 7.723 e 7.749, que discutem aspectos das regras estabelecidas a partir da Lei 14.790/2023. Entre os processos está uma ação apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que

questiona possíveis impactos das apostas sobre o direito à saúde, além de ações propostas pelo partido Solidariedade e pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Saúde mental

Enquanto as bets tentam barrar a decisão do Executivo, ainda ontem, a Advocacia-Geral da União (AGU) a Advocacia-Geral

da União (AGU) ajuizou uma ação civil contra 17 operadoras de bets, por danos morais coletivos à saúde da população. Além do ressarcimento de despesas do Sistema Único de Saúde (SUS) atribuídas

aos dados gerados pelos jogos, a AGU pede o pagamento de uma indenização de R\$ 1 bilhão e a restituição em dobro dos valores apostados por pessoas diagnosticadas com ludopatia.

Na ação, a AGU sustenta que se vive uma “epidemia comportamental”, a qual os “efeitos extrapolam o indivíduo apostador e recaem sobre famílias inteiras, sobre o sistema de saúde pública e sobre a economia nacional”. Além disso, aponta para a arquitetura dessas plataformas de apostas, “a ponto de as perdas disfarçadas de vitórias gerarem excitação fisiológica indistinguível daquela provocada por vitórias reais”.

Ao citar dados econômicos, o documento relembra que, apenas no primeiro semestre de 2026, o faturamento do setor somou R\$ 20,07 bilhões, com 30,9 milhões de CPFs cadastrados em plataformas de apostas. Estima-se, ainda, que as famílias brasileiras percam R\$ 62,5 bilhões em apostas ao longo do ano, e cerca de 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família já haviam apostado, transferindo R\$ 3 bilhões às plataformas.

A ação registra que cerca de 28 milhões de brasileiros apostam atualmente, e 10,9 milhões apresentam padrão de risco ou problemático de jogo. Caso a decisão seja favorável, caberá aos consumidores prejudicados comprovarem que se enquadram nas condições estabelecidas pela Justiça para receber a restituição.

Comitê vai fiscalizar jogos clandestinos

» FERNANDA STRICKLAND
» LUIZA ALTOÉ

O governo federal regulamentou, ontem, o Comitê Interinstitucional de Fiscalização da Exploração e da Publicidade Illegal de Apostas de Quota Fixa. A estrutura foi criada após a Medida Provisória 1.394/2026, publicada na semana passada, que proibiu as chamadas bets em todo o território nacional.

O colegiado será formado por 15 representantes de órgãos federais e terá como função articular e coordenar as ações das autoridades responsáveis pela prevenção, fiscalização e repressão à oferta, exploração e publicidade de apostas de quota fixa.

Entre as atribuições previstas está a integração e o compartilhamento de informações sobre pessoas físicas e jurídicas envolvidas na exploração, oferta, intermediação ou promoção das apostas. O comitê também deverá manter um cadastro unificado de domínios, aplicativos e contas bancárias ou de pagamento relacionados às atividades fiscalizadas.

O grupo poderá, ainda, definir protocolos de atuação conjunta para bloquear sites e aplicativos, interromper fluxos financeiros e retirar do ar publicidade considerada irregular. Também poderá propor procedimentos padronizados para notificações a plataformas, provedores e instituições financeiras. Outra atribuição será encaminhar aos

órgãos competentes indícios de infrações administrativas, tributárias ou penais.

A Casa Civil terá dois representantes no comitê, sendo que um deles, da Secretaria de Articulação e Monitoramento, exercerá a coordenação do comitê. Também participarão um representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e um da Advocacia-Geral da União.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública terá três representantes, das secretarias nacionais de Segurança Pública, do Consumidor e de Direitos Digitais. O Ministério da Fazenda contará com dois integrantes, um da Secretaria de Prêmios e Apostas e outro da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Também integrarão o colegiado representantes do Ministério do Esporte, do Banco Central, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), da Polícia Federal, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Ontem, o governo informou que uma ação coordenada pelos ministérios da Justiça e da Segurança (MJSP) e da Fazenda (MF) derubou 506 sites com indícios de oferta irregular de apostas no Brasil. Em nota, o governo informou que anúncios de apostas continuaram circulando em plataformas digitais mesmo após a publicação da proibição via MP.

Ricardo Stuckert/PR



Durante sanção do PL para futebol feminino, Lula garantiu que clube de futebol não sairá prejudicado

Em outra ação, os ministérios identificaram 43 canais e grupos ativos no Telegram relacionados à divulgação de apostas e jogos de cassino on-line. Juntos, eles somam 212.634 membros. Nove desses canais possuem mais de 10 mil integrantes e concentram 172.359 usuários, o equivalente a 81% do público mapeado. Além do monitoramento de redes e aplicativos, o Ciberlab identificou sites e domínios com indícios de atuação irregular na oferta de apostas em território nacional.

Clubes de futebol

As bets voltaram a ser assunto no discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, quando ele afirmou que o fim das bets não deve prejudicar o futebol brasileiro.

Ao rebater críticas de que a restrição às bets poderia reduzir as receitas dos clubes de futebol, Lula destacou que os principais momentos da história do futebol brasileiro ocorreram antes da popularização das apostas esportivas.

A declaração ocorreu durante a sanção da lei que cria diretrizes permanentes para o futebol feminino no país, na Base Aérea de Brasília. **(Leia mais na página 20)**

“Os melhores momentos da história do futebol brasileiro não existiam bets”, afirmou. Lula citou os títulos mundiais conquistados pela Seleção Brasileira em 1958, 1962, 1970, 1994 e 2002, além de conquistas de clubes brasileiros em competições internacionais.

O presidente também afirmou que as apostas representam, em

média, menos de 7% da arrecadação dos times de futebol. Na avaliação de Lula, a atividade estava contribuindo para o endividamento da população e para o avanço da ludopatia, caracterizada pelo comportamento compulsivo relacionado aos jogos de azar.

“A bet estava levando o povo brasileiro a se endividar como jamais foi visto na história desse país através de uma doença chamada ludopatia — vício incontrolável em jogos de azar e apostas, reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um transtorno mental”, disse.

Lula relatou ter conhecido casos de pessoas que teriam enfrentado consequências graves por causa do vício em apostas, incluindo endividamento, tentativa de suicídio,

venda de bens e retirada de objetos de dentro de casa para conseguir dinheiro para jogar. “É uma máquina de matar o povo pobre”, declarou.

O presidente afirmou ainda que a decisão de acabar com as bets teve como objetivo impedir que recursos destinados às necessidades básicas das famílias fossem direcionados às apostas. “Ninguém vai tirar mais o dinheiro do leite, do pão, do feijão, da carne, da comida das crianças para apostar”, afirmou.

Ao tratar da relação entre as apostas e os clubes, Lula disse que as equipes precisarão buscar outras formas de organização e financiamento. Ele mencionou a possibilidade de transformação dos clubes em empresas e defendeu a presença de profissionais com capacidade de gestão.

A bet estava levando o povo brasileiro a se endividar como jamais foi visto na história desse país através de uma doença chamada ludopatia, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um transtorno mental"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República